

**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

**CONSELHO DAS CIDADES**

**MOÇÃO**

**Moção contrária à Proposta de criação da Agência Federal de Regulação do Setor de Saneamento no Brasil**

 O Conselho das Cidades, reunido no período de 30 de novembro a 02 de dezembro de 2016, em Brasília, manifesta-se contrário ao que vem sendo noticiado pela imprensa de que a intenção do Governo Brasileiro de atribuir à Agência Nacional de Águas (ANA) a responsabilidade pela regulação federal dos sistemas de saneamento básico.

Tal intenção significaria, evidentemente, um desvio de função da organização responsável pela regulação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos, que é a ANA, cujo pacto federativo de gestão se diferencia completamente do pacto federativo do saneamento básico.

Trata-se de uma clara demonstração da falta de compromisso com a cooperação federativa necessária ao desenvolvimento das políticas públicas de desenvolvimento urbano. A regulação em âmbito federal é uma forma de centralizar na União a competência dos municípios de estabelecer as normas de regulação e de fiscalização dos serviços de saneamento básico.

 Esta iniciativa trará insegurança jurídica para as atividades até então realizadas pelos entes regulatórios municipais e estaduais em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei nº 11.445/2007.

 O Conselho das Cidades defende que a regulação do setor de saneamento básico seja mantida na forma estabelecida pela Lei n. 11445/2007, uma vez que possibilita a diversidade de arranjos institucionais (regionais, estaduais ou municipais). Essa diversidade deve ser considerada como uma oportunidade para a cooperação entre os entes regulatórios, no sentido da construção da definição de diretrizes comuns, incluindo a possibilidade de um sistema comparativo da prestação dos serviços de saneamento básico.

É necessário apostar em soluções descentralizadas movidas pela cooperação, a fim de deixar no passado aquelas soluções tecnocráticas e centralizadoras que remontam ao modelo do PLANASA.